

RESUMO DE DISSERTAÇÃO

A Política Educacional do Distrito Federal e o Uso de Tecnologias no Apoio à Inclusão Escolar de Estudantes com Deficiência

Este trabalho trata da atual política educacional do Distrito Federal (DF) e do uso das tecnologias no apoio à inclusão escolar de estudantes com deficiência na rede pública de ensino, tendo por objetivo geral analisar fatores de proximidades e de distanciamento entre a política de Educação Especial do DF e as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEI). Na fundamentação teórica, a constituição dos direitos humanos, do direito de todos à educação e o surgimento da PNEEI no Brasil são abordados, destacando-se o papel dos Organismos Internacionais, do Estado Nacional e dos Movimentos Sociais na formulação de políticas públicas. Também são abordados e debatidos os papéis da acessibili-

dade e das tecnologias como ferramentas facilitadoras e potencializadoras do acesso ao currículo e, de modo mais amplo, à inclusão social de estudantes com deficiência. No âmbito do DF, o trabalho apresenta, ainda, o contexto do surgimento da Educação Especial, o que revelam os dados estatísticos sobre sua trajetória e qual a estrutura física, normativa e conceitual que atualmente lhe dá sustentação. No tocante aos aspectos metodológicos, foram utilizadas abordagens qualitativas e quantitativas, tendo-se lançado mão de técnicas e instrumentos variados de pesquisa, como pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários, que foram analisados, sobretudo, com os aportes teóricos da Análise de Conteúdo de Bardin¹.

Autora: Patricia Augusta
Ferreira Vilas Boas

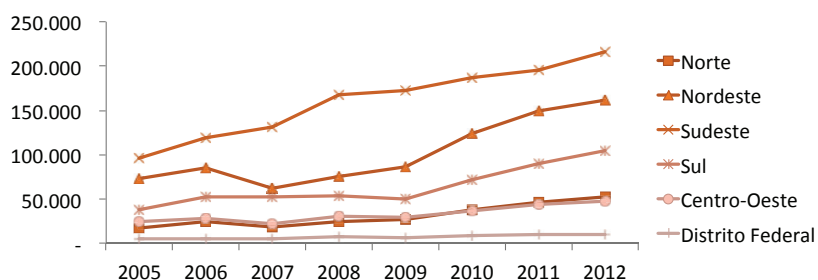
Ano: 2014

Orientadora: Prof^a Dr^a
Amaralina Miranda de
Souza (UnB)

PALAVRAS-CHAVE:

Política educacional;
Educação especial;
Estudantes com defici-
ciência; inclusão.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE MATRÍCULAS INCLUSIVAS. REGIÕES BRASILEIRAS E DISTRITO FEDERAL, 2005-2012.



Fonte: MEC/Inep.

Como principais resultados, constatou-se que o atendimento escolar de pessoas com deficiência no DF teve início ainda no primeiro ano da fundação de Brasília, em 1960, e que as origens desse atendimento explicam, em boa medida, a organização atual das políticas públicas nesta área.

As análises quantitativas, realizadas a partir do Censo Escolar, demonstram que, de 2004 a 2012, embora não de forma homogênea em todas as regiões do país, as matrículas

inclusivas² cresceram 317,7%. O Gráfico 1, a seguir, representa a trajetória desse crescimento por Região e o DF.

Os dados também revelam que, apesar da PNEEI se configurar como um marco da história da educação especial no Brasil, ela não pode ser entendida como o ponto de partida da inclusão,³ pois desde 2004 é possível observar um crescimento contínuo no número de matrículas de estudantes com deficiência em escolas regulares do país.

1 2012.

2 A maior parte das matrículas inclusivas, 94%, está na rede pública de ensino.

3 O movimento em favor da inclusão passou a ser discutido mais amplamente a partir da "Declaração de Salamanca", proclamada em 1994, na Conferência Mundial de Educação Especial sobre Necessidades Educacionais Especiais. É o momento do reconhecimento público de que todos os estudantes, com ou sem deficiência, devem igualmente compartilhar os mesmos espaços na escola.

No caso específico do DF, foi a partir do ano de 2000 que as ideias inclusivas repercutiram e se desdobraram em ações de cunho estrutural e pedagógico na rede escolar. A proposta era tentar implantar, na maioria das escolas, o paradigma educacional inclusivo.⁴ A análise do Censo Escolar 2004-2012 revelou que, de modo inverso ao observado na trajetória nacional das matrículas inclusivas no Brasil, no DF houve um ligeiro decréscimo após a publicação da PNEEI.

O DF se diferencia, ainda, por manter espaços diversificados de aten-

dimento escolar de crianças com deficiência, como por exemplo, os Centros de Ensino Especial (CEE).⁵ É a unidade da federação do Centro-Oeste que mais tem estabelecimentos com atendimento exclusivamente especializados⁶ (162, número muito próximo do somatório de todas as demais unidades da região: 168 estabelecimentos).

No que se refere ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na educação especial, os sujeitos da pesquisa⁷ avaliaram tratar-se de ferramentas que dinamizam o processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes com deficiên-

cia, pois favorece o despertar para novos conhecimentos, amplia as possibilidades de comunicação e de socialização, permite a realização de tarefas outrora impossíveis e contribui para a elevação da autoestima e a inclusão social. Noventa e nove por cento dos participantes desta pesquisa julgaram que o uso das TIC é eficaz no processo pedagógico.

Conclusão

Frente às diretrizes nacionais da PNEEI acerca do que seja uma educação especial inclusiva, ou seja, aquela que ocorre quando o acesso, a participação e a aprendi-

zagem dos estudantes com deficiência se dão nas escolas regulares, junto aos demais estudantes do sistema público de ensino, pode-se dizer que a educação especial no DF não é efetivamente inclusiva. Dentre as razões que nos levaram a esta conclusão podem ser apontadas, dentre outras: a diversidade de locais de atendimento escolar de estudantes com deficiência no DF; a ausência de acessibilidade nas escolas; a insuficiência de ações de capacitação e formação para o atendimento ao estudante com deficiência; e o pouco interesse político pela mudança.

4 MODESTO, 2008.

5 Os CEE são escolas de atendimento educacional especializado e exclusivo de estudantes com deficiência, enfocam o currículo funcional e oferecem atendimento educacional complementar, por meio de oficinas sócio-profissionalizantes. No DF, em razão das suas adequações de infraestrutura e dos recursos humanos especializados, os CEE são também responsáveis pela educação precoce, ou seja, destinada a crianças com deficiência de 0 a 3 anos e 11 meses, inclusive as prematuras.

6 O Censo Escolar do INEP realiza o levantamento de dados sobre o atendimento de estudantes com deficiência na educação básica em três tipos distintos de estabelecimentos: i) Classes Especiais; ii) Escolas Exclusivas; e iii) Classes comuns do ensino regular (em escolas inclusivas). Além dos CEE, são exemplos de tipos de estabelecimentos exclusivos a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), as Escolas de Educação Bilíngue (formada por estudantes ouvintes e/ou surdo-cegos), Unidades Especiais, dentre outros.

7 Participaram da pesquisa 96 professores de escolas públicas do DF.

Registro Institucional

A experiência de implantação de uma política de monitoramento e avaliação no Distrito Federal 2011-2014

A Subsecretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SUBSAGI foi criada em setembro de 2011 na estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST, sendo uma unidade responsável por coordenar e implementar a política de avaliação, monitoramento e gestão da informação dos programas e serviços executados pela SEDEST. Ela conta em sua estrutura com duas diretorias, uma de gestão da informação e uma de monitoramento e avaliação, para conduzir seus trabalhos e, principalmente, fornecer subsídios ao planejamento e aprimoramento da execução dos serviços das demais subsecretarias finalísticas.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Dois instrumentos importantes contribuíram para a consolidação e o desenvolvimento das atividades desta Subsecretaria: o trabalho em parceria com o Dieese, que identificou os territórios de vulnerabilidade

de do Distrito Federal, e a Sinopse Estatística Mensal, que consolida as principais informações sobre os atendimentos dos serviços.

O estudo das principais áreas de vulnerabilidade do Distrito Federal proporcionou à nossa equipe informações relevantes sobre as principais situações de vulnerabilidade de cada território, as áreas com os maiores índices de vulnerabilidade, bem como sobre o tamanho de seu contingente populacional. Tais dados foram essenciais para a SEDEST planejar e ajustar a oferta de seus serviços nesta gestão.

Por sua vez, a Sinopse Estatística Mensal coleta dados de atendimento de todos os programas executados na Secretaria e suas informações estão organizadas desde o ano de 2007. Esse histórico é muito importante para a Secretaria, pois, por meio da análise desses dados, é possível identificar a evolução dos nossos programas, a gama de ofer-

Autores:
Oswaldo Russo de Azevedo¹
Lidia Cristina S. Barbosa²

tas realizadas, o perfil do público atendido e as áreas de atuação da Secretaria no Distrito Federal. Atualmente, tal descritivo estatístico é o principal instrumental de monitoramento da SEDEST e por ele sabemos que, nesta gestão (2011-2014), foram realizados mais de dois milhões de atendimentos nas unidades da Assistência Social, bem como foram servidas mais de 33 milhões de refeições nos restaurantes comunitários.

A SUBSAGI realizou, no início desta gestão, estudos com delineamento de perfil das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais e beneficiárias do Programa Bolsa Família, para subsidiar as decisões de implantação da

complementação da transferência de renda do DF Sem Miséria. Em paralelo com esses estudos, foram iniciadas discussões sobre a importância de realizar uma pesquisa de impacto dos resultados desse programa. Com este fim, a SUBSAGI iniciou tratativas via Secretaria de Planejamento do Distrito Federal para captação de recursos pelo Banco Mundial visando à construção de um Plano Amostral. Este Plano foi contratado e utilizado como subsídio para a realização da pesquisa de campo realizada posteriormente no ano de 2014.

No ano de 2012, a SUBSAGI também realizou, em parceria com a Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, da Companhia de Planejamento do Distrito Federal – Code-

1 Secretário de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal

2 Subsecretária de Avaliação e Gestão da informação da Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal

plan, a Pesquisa de Identificação e Percepção dos Usuários dos Restaurantes Comunitários do Distrito Federal. Essa pesquisa foi realizada no período de abril a julho de 2012 e foi entrevistada uma amostra de 4.900 usuários dos 13 restaurantes comunitários. Tal pesquisa apresentou um perfil e grau de satisfação dos usuários deste serviço. Os resultados da pesquisa foram utilizados para qualificar o fornecimento de refeições à população.

Nesta gestão também foram realizados levantamento e análise de dados relacionados às situações de violência e/ou violação de direitos, trabalho infantil no DF, abuso e violência sexual contra crianças e adolescentes, junto a instituições e órgãos do DF. Estes dados foram utilizados para subsidiar o planejamento, monitoramento e avaliação de ações das Políticas de Proteção Social.

Na área de gestão da informação, foi identificada a necessidade da SEDEST implantar um Sistema Integrado de Desenvolvimento Social— SIDS, principalmente nas Unidades que ofertam serviços socioassistenciais. A primeira ver-

são desse sistema, elaborada pela equipe da SUBSAGI, automatizou a distribuição de benefícios socioassistenciais, bem como possibilitou que os especialistas, assistentes sociais e psicólogo, incluíssem no banco de dados a evolução dos atendimentos e acompanhamentos realizados.

O SIDS 1.0 se mostrou uma ferramenta útil, poré, de caráter operacional, com uma série de limitações tecnológicas e, por esse motivo, a SEDEST iniciou a discussão da implantação de uma nova versão do sistema. A implantação do SIDS 2.0 visava substituir, a longo prazo, a utilização da Sinopse como instrumento de coleta de dados gerenciais. O sistema forneceria o quantitativo e o perfil das pessoas atendidas em cada unidade, os encaminhamentos realizados e a distribuição de benefícios eventuais. O projeto foi pensado para ser integrado ao Cadastro Único e compatível com o prontuário SUAS. Contudo, a SEDEST identificou não possuir capacidade tecnológica suficiente para implantar tal projeto. Desta forma, a versão do SIDS 2.0 trouxe apenas algumas melhorias em seu layout e incorporou outras

ferramentas, tais como: o sistema catraca dos restaurantes comunitários e o agendamento para atualização das informações do Cadastro Único.

Diante da constatação da ausência de capacidade tecnológica em implantar, a curto prazo, uma versão gerencial do SIDS, a SUBSAGI trabalhou versões aprimoradas da Sinopse Estatística Mensal, em capacitações e em manuais de orientações técnicas sobre os significados e conceitos de cada campo coletado. Essas atividades foram realizadas com vistas a qualificar e padronizar os entendimentos sobre os dados coletados. Outra atividade importante realizada, que busca qualificar a coleta de informações, foi a construção de um documento de padronização das terminologias técnicas do SUAS no Distrito Federal.

Ao longo do período 2011-2014 a SUBSAGI foi responsável por monitorar os resultados do Plano DF Sem Miséria e neste período o Distrito Federal alcançou resultados históricos. Pela primeira vez, o D, conseguiu romper o ciclo da desi-

gualdade de renda, com reduções no Índice de Gini por dois períodos seguidos (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011, 2012 e 2013). Nesta gestão, o DF cumpriu e superou as metas do Objetivo 1 do Milênio, acabar com a fome e a extrema pobreza, assumidas pelo governo brasileiro junto às Nações Unidas. Segundo parâmetros estabelecidos pelas Nações Unidas, o Distrito Federal superou tecnicamente tanto a extrema pobreza como a pobreza, pois possui menos de 3%³ de sua população com renda mensal inferior a R\$70,00 e R\$140,00 per capita. Como resultado do DF Sem Miséria, o Distrito Federal é território tecnicamente livre do analfabetismo, do trabalho infantil, da miséria e da pobreza.

Por fim, destaca-se a contratação da Pesquisa de Avaliação de Impacto da suplementação financeira, repassada às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) pelo Governo do Distrito Federal. Esta pesquisa seguiu um desenho de amostragem probabilística e comparou quatro grupos de inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico): Famílias

3 Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2013, Codeplan

Beneficiárias do Programa Bolsa Família com Suplementação do GDF; Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família sem Suplementação do GDF; Famílias Cadastradas no CadÚnico Elegíveis (Renda per capita de R\$ 154,00 e R\$194,00); e, Famílias Cadastradas no CadÚnico, mas que não recebem o benefício (Renda per capita superior a R\$194,00).

Os resultados da pesquisa se mostraram muito positivos. Destaca-se o excelente acesso desta população aos serviços socioassistenciais e a boa avaliação dos beneficiários do Bolsa Família e do DF Sem Miséria aos serviços de saúde: 41,8% deles receberam visita, em seu domicílio, de agentes de saúde nos últimos 12 meses. Além disso, o estudo demonstrou uma maior aquisição de bens duráveis, realização de reformas nas residências e o acesso a creches e escolas en-

tre o grupo beneficiário do DF Sem Miséria em relação aos demais. Destacam-se também resultados relevantes sobre acesso ao mercado de trabalho, aos programas habitacionais e aos benefícios socioassistenciais, entre outros.

DESAFIOS E PROJETOS EM ANDAMENTO

A SUBSAGI encerra essa gestão apresentando resultados positivos alcançados pela Política de Desenvolvimento Social implantada no Distrito Federal. Contudo, alguns desafios persistem, tanto para a política de avaliação e monitoramento, quanto para a qualificação dos serviços ofertados pela SEDEST.

O principal desafio em relação à qualificação dos serviços socioassistenciais realizados é a implantação do sistema de vigilância socioassistencial. Como caminho

para implantação deste sistema, a SUBSAGI atualizou, em parceria com a SUBSAS, todos os diagnósticos territoriais dos CRAS e elaborou o documento de padronização das terminologias técnicas do SUAS, entretanto, a implantação da vigilância é complexa e demanda grande esforço de integração entre a equipe de gestão e as equipes finalísticas. Além disso, constam entre os desafios de sua implantação: a análise sobre o território, a gestão da informação e do conhecimento e a reorganização constante das ofertas dos serviços. Três outros projetos iniciados que podem contribuir para qualificação dos serviços e para a implantação da vigilância são: o projeto de mapeamento de fluxos e processos de trabalho das unidades finalísticas em parceria com a Universidade de Brasília – UnB; o estudo para mapear os resultados do PAIF, PAEFI e dos serviços de convivência e fortaleci-

mento de vínculos em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; e a pesquisa de avaliação de refeição complementar nas escolas em parceria com a Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, da Codeplan e com a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do DF.

Por fim, destaca-se como projeto estruturante desta área a consolidação do SIDS e sua necessária integração ao Cadastro Único. Este projeto é essencial tanto para SUBSAGI quanto para a SEDEST, pois com ele a Secretaria pode alcançar outro patamar de acompanhamento gerencial de seus serviços e aprimorar as ações de monitoramento dos programas, dando continuidade às melhorias deste projeto de Desenvolvimento Social. Temos clareza que todas essas ações impactam diretamente na melhoria da qualidade de vida de nossa população.